



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2º TRIMESTRE
30 DE JUNHO DE 2013

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	84
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.804.852	3.770.548
1.01	Ativo Circulante	1.001.769	991.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	240.233	192.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.493	6.761
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	14.493	6.761
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	14.493	6.761
1.01.03	Contas a Receber	547.530	677.858
1.01.03.01	Clientes	547.530	677.858
1.01.04	Estoques	5.739	6.324
1.01.06	Tributos a Recuperar	99.304	56.942
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	99.304	56.942
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.261	1.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	87.209	48.870
1.01.08.03	Outros	87.209	48.870
1.01.08.03.01	Recursos CDE	54.558	0
1.01.08.03.02	Serviços em Cursos	11.753	13.014
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	20.898	35.856
1.02	Ativo Não Circulante	2.803.083	2.779.503
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	936.241	942.058
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	20.992	2.803
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	20.992	2.803
1.02.01.03	Contas a Receber	190.644	245.597
1.02.01.03.01	Clientes	190.644	245.597
1.02.01.06	Tributos Diferidos	372.178	379.046
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	372.178	379.046
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	352.427	314.612
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	15.640	17.689
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	40.092	36.865
1.02.01.09.05	Entidade Previdência Privada	769	0
1.02.01.09.06	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	293.768	257.900
1.02.01.09.07	Outros Ativos Não Circulantes	2.158	2.158
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	1.864.108	1.834.711
1.02.04.01	Intangíveis	1.864.108	1.834.711
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.864.108	1.834.711

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.804.852	3.770.548
2.01	Passivo Circulante	1.142.838	938.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.490	23.043
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.490	23.043
2.01.02	Fornecedores	338.738	348.452
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	338.738	348.452
2.01.03	Obrigações Fiscais	145.901	106.177
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	145.901	106.177
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	145.901	106.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	467.543	277.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	412.868	173.501
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	411.653	172.266
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.215	1.235
2.01.04.02	Debêntures	54.675	103.750
2.01.05	Outras Obrigações	144.527	166.755
2.01.05.02	Outros	144.527	166.755
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	244	4.114
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	21.793	18.785
2.01.05.02.05	Entidade Previdência Privada	15.445	16.298
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	107.045	127.558
2.01.06	Provisões	22.639	17.187
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.639	17.187
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.853	8.362
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.786	8.825
2.02	Passivo Não Circulante	1.207.836	1.435.768
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	725.359	946.716
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.910	587.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	362.697	583.645
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.213	3.772
2.02.01.02	Debêntures	359.449	359.299
2.02.02	Outras Obrigações	436.887	438.169
2.02.02.02	Outros	436.887	438.169
2.02.02.02.03	Fornecedores	26.951	26.030
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	24.579	43.213
2.02.02.02.05	Entidade Previdência Privada	360.477	347.306
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	24.880	21.620
2.02.04	Provisões	45.590	50.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.590	50.883
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.429	1.467
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	13.670	18.416
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.491	31.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.454.178	1.395.915
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.04	Reservas de Lucros	401.204	412.444
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	11.337
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucro	268.955	268.858
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.300	-122.314
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-42.980	-42.469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	799.279	1.620.599	825.027	1.607.318
3.01.01	Receita Bruta	1.127.593	2.249.709	1.211.768	2.381.876
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-328.314	-629.110	-386.741	-774.558
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-604.631	-1.288.563	-668.512	-1.220.367
3.03	Resultado Bruto	194.648	332.036	156.515	386.951
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-95.238	-190.868	-168.045	-323.437
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.529	-114.858	-128.158	-247.996
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.709	-76.010	-39.887	-75.441
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	99.410	141.168	-11.530	63.514
3.06	Resultado Financeiro	-33.313	-48.285	-19.794	-37.445
3.06.01	Receitas Financeiras	33.415	61.687	26.244	58.904
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.728	-109.972	-46.038	-96.349
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.097	92.883	-31.324	26.069
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.144	-22.868	7.289	-1.585
3.08.01	Corrente	-13.492	-15.737	7.067	-4.520
3.08.02	Diferido	-3.652	-7.131	222	2.935
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.953	70.015	-24.035	24.484
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.953	70.015	-24.035	24.484
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,65540	0,93750	-0,32180	0,32780
3.99.01.02	PNA	0,65540	0,93750	0,32180	0,32780
3.99.01.03	PNB	0,72100	1,03120	-0,35400	0,36060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	48.953	70.015	-24.035	24.484
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-512	10.327	22.568
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	7.976	7.506
4.02.02	Tributos s/ ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	264	7.671	26.688
4.02.03	Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	0	-776	-5.320	-11.626
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.953	69.503	-13.708	47.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	287.514	353.777
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	285.533	398.281
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	92.883	26.070
6.01.01.02	Amortização	77.784	67.444
6.01.01.03	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	75.096	39.183
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	1.643	67.906
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.795	13.733
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.609	158.152
6.01.01.08	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-5.277	25.793
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.981	-44.504
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	156.672	-2.113
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-19.098	-12.756
6.01.02.03	Impostos contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-19.929	-1.036
6.01.02.04	Estoque	586	-1.148
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-2.583	-2.201
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-5.573	-4.226
6.01.02.07	Entidade de previdência privada	-769	0
6.01.02.08	Outros Ativos	-40.099	-37.185
6.01.02.09	Fornecedores	-8.792	80.266
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	447	2.529
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos	-33.937	-52.612
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-15.625	4.286
6.01.02.13	IR e CSLL pagos	-16.039	-11.587
6.01.02.14	Impostos e contribuições a recolher	38.739	2.594
6.01.02.15	Indenizações/Contingências pagas	-17.585	-14.210
6.01.02.16	Entidade de previdência Privada	2.820	-11.831
6.01.02.17	Outros passivos	-17.254	16.726
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-169.537	-182.405
6.02.01	Aquisição de investimentos	0	-269
6.02.02	Aquisição de intangível	-143.761	-173.082
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-107.892	-162.785
6.02.04	Resgate de título e valores mobiliários	82.116	153.731
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-70.346	-85.694
6.03.01	Capitação de empréstimos e financiamentos	43.770	52.182
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-104.339	-133.557
6.03.04	Obrigações Vinculadas	5.332	3.840
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-15.109	-8.159
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	47.631	85.678
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.602	236.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	240.233	322.466

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	-122.315	-42.469	1.395.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	-122.315	-42.469	1.395.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.239	0	0	-11.239
5.04.08	Dividendos prescritos (reversão)	0	0	98	0	0	98
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos adicionais	0	0	-11.337	0	0	-11.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.015	-512	69.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.015	0	70.015
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.05.02.08	Perdas sobre atuarial do plano de benefício defenido	0	0	0	0	-776	-776
5.05.02.09	Tributos sobre ganhos (perdas)	0	0	0	0	264	264
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	401.205	-52.300	-42.981	1.454.178

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	444.825	-88.117	23.014	1.527.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	444.825	-88.117	23.014	1.527.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-57.963	0	0	-57.963
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.050	0	0	-58.050
5.04.08	Dividendos prescritos (reversão)	0	0	87	0	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.484	22.568	47.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.484	0	24.484
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.568	22.568
5.05.02.08	Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	7.506	7.506
5.05.02.09	Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	26.688	26.688
5.05.02.10	Tributos sobre ganhos (perdas)	0	0	0	0	-11.626	-11.626
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	386.862	-63.633	45.582	1.517.065

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	2.198.577	2.192.903
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.249.709	2.381.876
7.01.02	Outras Receitas	2.853	-4
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	2.853	-4
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-53.985	-188.969
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.358.248	-1.270.796
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.059.148	-964.531
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-299.100	-306.265
7.03	Valor Adicionado Bruto	840.329	922.107
7.04	Retenções	-77.784	-83.837
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.784	-83.837
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	762.545	838.270
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.686	58.905
7.06.02	Receitas Financeiras	61.686	58.905
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	824.231	897.175
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	824.231	897.175
7.08.01	Pessoal	72.634	70.090
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.599	52.136
7.08.01.02	Benefícios	23.541	19.875
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.106	9.012
7.08.01.04	Outros	-17.612	-10.933
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	570.479	705.267
7.08.02.01	Federais	141.408	248.146
7.08.02.02	Estaduais	426.631	455.170
7.08.02.03	Municipais	2.440	1.951
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.103	97.334
7.08.03.01	Juros	109.972	96.349
7.08.03.02	Aluguéis	1.131	985
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.015	24.484
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	70.015	24.484

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é uma distribuidora de energia elétrica, com atuação em todo o Estado de Pernambuco e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, com população estimada de 8.959 milhões de habitantes em 185 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Sua área de concessão engloba 98.547 Km².

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos (*)					
	2º Trimestre		Composição Vertical		Variação Horizontal	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	2º Trim/13 - 2º Trim/12	
					Quantidade	%
Residencial	2.893.701	2.780.646	87,8%	86,9%	113.055	4,1%
Industrial	12.240	12.579	0,4%	0,4%	(339)	-2,7%
Comercial	202.139	199.084	6,1%	6,2%	3.055	1,5%
Rural	156.081	177.696	4,7%	5,6%	(21.615)	-12,2%
Poder Público	22.245	22.060	0,7%	0,7%	185	0,8%
Iluminação Pública	5.458	5.381	0,2%	0,2%	77	1,4%
Serviço Público	3.089	2.908	0,1%	0,1%	181	6,2%
Subtotal	3.294.953	3.200.354	100,0%	100,0%	94.599	3,0%
Consumo Próprio	949	936	0,0%	0,0%	13	1,4%
Suprimento	26	34	0,0%	0,0%	(8)	-23,5%
Total	3.295.928	3.201.324	100,0%	100,0%	94.604	3,0%

(*) Incluindo novos clientes sem o primeiro faturamento.

Em 30 de junho de 2013, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 94.604 novos consumidores, representando cerca de 259 novas ligações por dia.

A classe residencial, que representa 87,8% do total de consumidores, apresentou um crescimento de 4,1%. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo. Destaca-

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

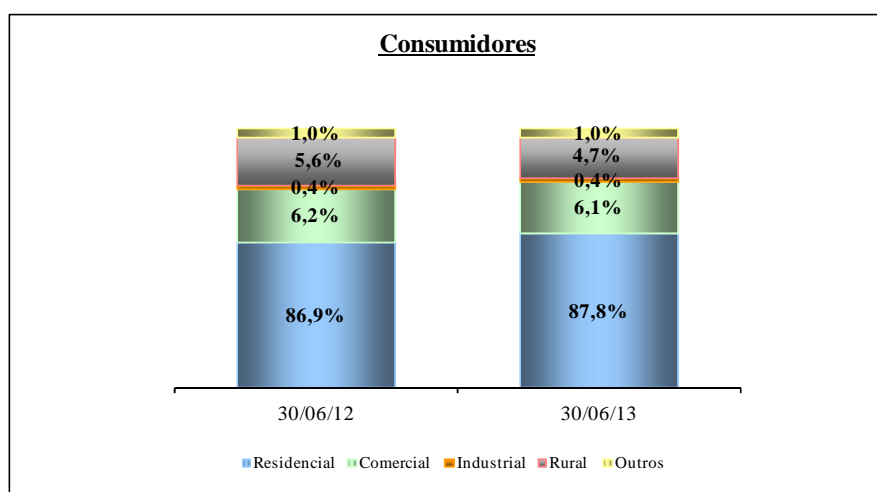
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

se também uma migração da classe rural para residencial baixa renda, que impactou numa redução de -12,2% na classe rural, e contribui para o crescimento do residencial.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

A participação de clientes de baixa renda na classe residencial mostra uma evolução em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da adoção de várias ações de captação de cadastramento, tais como: arquivo de dados com a Caixa Econômica Federal e MDS (Ministério e Desenvolvimento Social); parcerias com diversas prefeituras; ação Celpe na comunidade; utilização do telefone do 08000-3217; Campanhas na mídia, nos 3.500 ônibus do consórcio Grande Recife e no Metrô; e sorteio de geladeiras.

Comentário do Desempenho

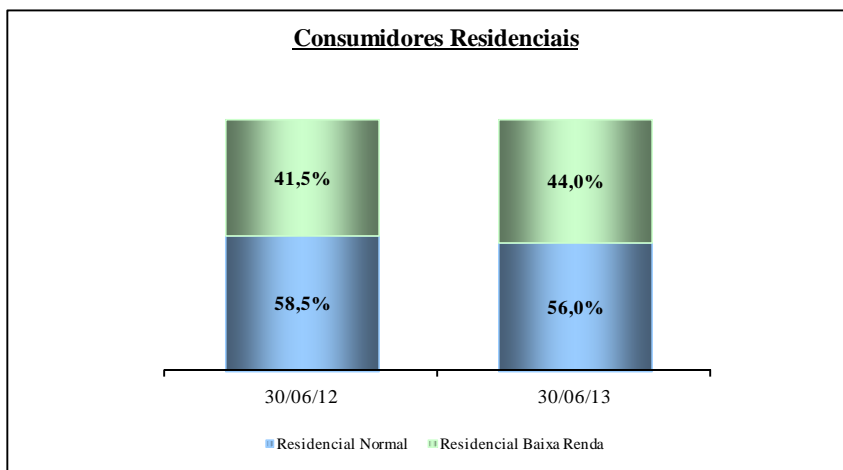
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE



2.1.2 CONSUMO

Evolução do Consumo por classe em MWh

Descrição	2º Trimestre		Composição Vertical %		Variação Horizontal	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	2º Trim/13 - 2º Trim/12	
					Quantidade	%
Residencial	1.163.029	1.001.702	43,3%	39,4%	161.327	16,1%
Industrial	343.122	391.218	12,8%	15,4%	(48.096)	-12,3%
Comercial	587.177	564.841	21,9%	22,2%	22.336	4,0%
Rural	162.014	165.662	6,0%	6,5%	(3.648)	-2,2%
Poder Público	169.730	159.142	6,3%	6,3%	10.588	6,7%
Iluminação Pública	102.121	101.536	3,8%	4,0%	585	0,6%
Serviço Público	154.628	155.167	5,8%	6,1%	(539)	-0,3%
Subtotal	2.681.821	2.539.268	99,9%	99,9%	142.553	5,6%
Consumo Próprio	3.325	3.326	0,1%	0,1%	(1,03)	0,0%
Total	2.685.146	2.542.594	100,0%	100,0%	142.552	5,6%

No segundo trimestre de 2013, o mercado cativo de energia da CELPE apresentou um crescimento de 5,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando considerado o mercado cativo mais o mercado livre, o crescimento foi de 9,6%. A migração de clientes para o mercado livre explica a diferença entre a variação do mercado cativo e do mercado distribuído (cativo mais livre).

A classe residencial, que representa 43,3% do mercado cativo da CELPE, apresentou ao longo do segundo trimestre do ano, uma elevação de 16,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado está acima da média histórica da classe e pode ser explicado por uma excelente recuperação de perdas que vem ocorrendo em 2013.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

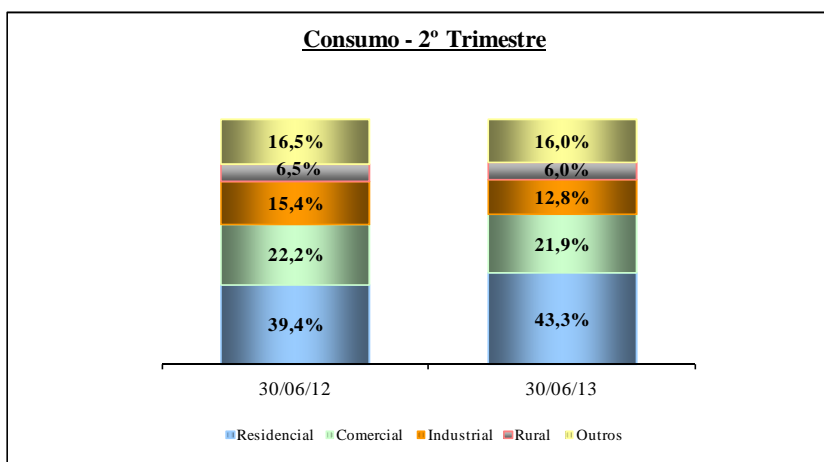
05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A migração de clientes para o mercado livre vem afetando, sobretudo, o desempenho da classe industrial que reduziu 12,3% no trimestre e da comercial que teve uma taxa de crescimento moderada de 4,0% no mesmo período. Os dois segmentos representam respectivamente 12,8% e 21,9% do mercado cativo da empresa e são a segunda e a terceira classe da maior participação de consumo na CELPE em relação ao mercado cativo total da empresa. Analisando no âmbito da energia distribuída (Cativo + Livre) a classe industrial apresentou uma elevação de 7,4% no mesmo período, o destaque para o bom crescimento é o ramo químico que cresceu 22,7% no trimestre. Já a classe comercial fechou o trimestre com um crescimento de 9,8%, em função de ampliações e aberturas de grandes centros comerciais.

A classe rural, que representa apenas 6,0% do mercado cativo, é o segmento mais susceptível a oscilações decorrentes de fatores climáticos, sobretudo incidência de chuvas. No segundo trimestre o índice pluviométrico foi 126,1% maior se comparado ao mesmo período do ano anterior, tendo como consequência a necessidade de menor bombeamento d'água para irrigação e queda de 2,2% no consumo da classe.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh

A participação das classes vem mantendo-se estável nos últimos anos, com aumento da participação das classes sensíveis a variações climáticas.



Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÕES ENERGIA EXISTENTE	%							RESIDENCIAL	%
389.803	11,85	CONTRATOS						1.163.029	43,31
1.691.166	53,34	3.288.762						1.001.702	39,40
		3.170.622							
LEILÕES ENERGIA NOVA	%	GER. PRÓPRIA		MERCADO				INDUSTRIAL	
1.035.432	31,48	3.949		2.685.146		69,85		343.122	
859.424	26,13	3.430		2.542.594		69,95		391.218	
LEILÕES DE FONTE ALTERNATIVA	%	MERCADO LIVRE		MERCADO LIVRE				COMERCIAL	
10.142	0,31	498.507		498.507		12,97		587.177	
7.635	0,23	362.480		362.480		9,97		564.841	
TERMOPE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)				RURAL	
851.760	25,90	38.769		38.769		1,01		162.014	
851.760	26,86	44.717		44.717		1,23		165.662	
NC ENERGIA	%	PERDAS REDE BÁSICA		PERDAS DISTRIBUIÇÃO				OUTROS	
-	0,00	(72.052)		621.524		16,17		429.804	
-	0,00	(72.163)		685.095		18,85		419.171	
PROINFA	%	SOBRAS							
61.411	1,87	-							
62.071	1,96	-							
MCS D	%	DÉFICITS							
(37.297)	(1,13)	86.010							
(301.433)	(9,51)	125.801							
OUTROS	%								
977.511	29,72								
-	-								

INJETADA	
3.843.945	
3.634.887	

MERCADO LIVRE	
498.507	12,97
362.480	9,97

SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	
38.769	1,01
44.717	1,23

PERDAS DISTRIBUIÇÃO	
621.524	16,17
685.095	18,85

RESIDENCIAL	
1.163.029	43,31
1.001.702	39,40

INDUSTRIAL	
343.122	12,78
391.218	15,39

COMERCIAL	
587.177	21,87
564.841	22,22

RURAL	
162.014	6,03
165.662	6,52

OUTROS	
429.804	16,01
419.171	16,49

Legenda:

2º Trimestre 2013
2º Trimestre 2012

O Balanço Energético da Companhia indica que do montante da energia injetada, 69,9% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 13,0% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 2.685.146 MWh, de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 498.507 MWh de energia durante o trimestre, representando uma aumento de 37,5% em relação ao mesmo período do ano

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente à migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido de 20 clientes que migraram para o ACL em 2013.

4. INVESTIMENTOS

	2º Trimestre/13	Acumulado até 30/06/13
	Investimento	Investimento
	Total	Total
Geração	2	36
Distribuição	74.043	136.816
Comercialização	-	10
Administração	5.326	6.899
Total	79.371	143.761

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto na comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No segundo trimestre de 2013 foram investidos cerca de R\$ 79.371.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao atendimento às novas ligações de clientes urbanos e rurais, renovação da rede de distribuição de média e baixa tensão, expansão do sistema elétrico para atendimento ao aumento da demanda e combate às perdas de energia elétrica.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de subtransmissão;
- Automação da rede de distribuição;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.127.593	1.211.768	(84.175)	-6,9%
Deduções da Receita Bruta	(328.314)	(386.741)	58.427	-15,1%
Receita Líquida	799.279	825.027	(25.748)	-3,1%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(604.631)	(668.512)	63.881	-9,6%
Resultado Bruto	194.648	156.515	38.133	24,4%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(95.238)	(168.045)	72.807	-43,3%
Resultado do Serviço	99.410	(11.530)	110.940	-962,2%
(-) Amortização	37.818	48.466	(10.648)	-22,0%
EBITDA	137.228	36.936	100.292	271,5%
Resultado Financeiro	(33.313)	(19.794)	(13.519)	68,3%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	66.097	(31.324)	97.421	-311,0%
IR e CSLL	(17.144)	7.289	(24.433)	-335,2%
Lucro do Período	48.953	(24.035)	72.988	-303,7%

5.1.1 RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2013 uma receita líquida de R\$ 799.279 contra R\$ 825.027 do mesmo período do ano anterior, representando uma variação desfavorável de 3,1%.

Os fatores determinantes dessa variação é decorrente principalmente:

✓ Das receitas de:

- Fornecimento de energia elétrica, por apresentar variação desfavorável de R\$ 55.034, devido à redução de tarifa de energia, conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.

- Disponibilização do sistema de distribuição, por apresentar variação desfavorável de R\$ 89.439, decorrente principalmente da retração no ritmo da migração de clientes para o ambiente de contratação livre no início do ano, em virtude do aumento do preço no mercado de curto prazo (PLD); e à redução do valor da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, conforme Resolução Extraordinária Homologatória 1.418/2013.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Subvenções, por apresentar variação favorável de R\$ 61.145, decorrente principalmente, de valor mensal homologado, através da Resolução Extraordinária Homologatória 1.418, de R\$ 8.409, a ser repassada pela Eletrobrás a partir de fevereiro de 2013, referente à subvenção CDE (rural, irrigante e aquicultor, serviço público de água/esgoto/saneamento e fontes alternativas); e parcela única de R\$ 36.667, referente ao resultado positivo na CVA de ESS, homologados através do Despacho 1.519.

- Receita de construção, variação desfavorável de R\$ 27.897, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.

- Outras receitas, variação favorável de R\$ 25.801, devido ao ressarcimento de energia que reverteu parte das despesas da parcela variável.

✓ Das deduções da receita:

- ICMS variação favorável de R\$ 366, devido principalmente à queda da receita bruta de vendas e/ou serviços, embora não na mesma proporção, em virtude do reconhecimento do acordo do auto de infração produtor rural e poder público.

- PIS/COFINS, por apresentar variação favorável de R\$ 14.283, devido principalmente à queda da receita bruta de vendas e/ou serviços;

- Redução do encargo da quota de reserva global de reversão - RGR no montante de R\$ 8.351, em função da sua extinção, através da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Despacho ANEEL nº 34 de 10 de janeiro de 2013.

- Conta de Consumo de Combustível - CCC, por apresentar variação favorável de R\$ 24.439, devido principalmente à extinção da quota fixada pela ANEEL, conforme lei nº 12.783/2013 e da Resolução Homologatória 1.418, que isenta o valor a partir de Fevereiro/2013.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(411.812)	(434.429)	22.617	-5,2%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(17.806)	(43.480)	25.674	-59,0%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.126)	(1.474)	348	-23,6%
	<u>(430.744)</u>	<u>(479.383)</u>	<u>48.639</u>	<u>-10,1%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis:				
Pessoal e Administradores	(46.872)	(40.343)	(6.529)	16,2%
Material	(3.746)	(2.473)	(1.273)	51,5%
Serviços de Terceiros	(69.818)	(56.313)	(13.505)	24,0%
Amortização	(37.818)	(48.466)	10.648	-22,0%
Provisões Líquidas – PCLD	(24.470)	(98.379)	73.909	-75,1%
Provisões Líquidas – Contingências	5.043	(782)	5.825	-744,9%
Custo de Construção	(73.217)	(101.114)	27.897	-27,6%
Outros	(18.227)	(9.304)	(8.923)	95,9%
	<u>(269.125)</u>	<u>(357.174)</u>	<u>88.049</u>	<u>-24,7%</u>
Total	<u>(699.869)</u>	<u>(836.557)</u>	<u>136.688</u>	<u>-16,3%</u>

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2013 apresentaram uma redução de 16,3%, correspondendo a R\$ 136.688 em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2012.

Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- ✓ Energia elétrica comprada para revenda, variação favorável de R\$ 22.617, em função:
 - da recuperação de custo da energia térmica através do condomínio virtual (Térmicas no ACR);
 - dos recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, exposição involuntária e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013;
- ✓ Encargos do uso de sistema de transmissão/distribuição, variação favorável de R\$ 25.674, em função da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 que reduziram as tarifas de uso do sistema.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ✓ Pessoal e administradores, variação desfavorável de R\$ 6.529, devido principalmente ao reajuste salarial, refletido nas rubricas de remuneração e encargos, reajuste do plano de saúde, absorvido pela empresa e aumento nos desligamentos observado na rubrica de rescisão de contratos.
- ✓ Serviços de terceiros, variação desfavorável de R\$ 13.505, em função da alteração do critério de alocação de despesas com serviços de terceiros decorrente das exigências do processo de revisão tarifária, substituição de empresas prestadoras de serviço (EPS), intensificação das ações de corte, atualização do cadastro de clientes baixa renda e produtor rural.
- ✓ Provisões líquidas - PCLD, variação favorável de R\$ 73.653, em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando no aumento da PCLD no 2º trimestre de 2012.
- ✓ Custo de construção, variação favorável de R\$ 27.897, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da receita.
- ✓ Outros custos e despesas gerenciáveis, variação desfavorável de R\$ 8.923, em função do contencioso trabalhista e cível; baixa do Ativo ICMS Poder Publico e Rural, conforme auto de infração;

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.845	7.078	(2.233)	-31,5%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	11.491	13.286	(1.795)	-13,5%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(23.449)	(33.692)	10.243	-30,4%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(26.200)	(6.466)	(19.734)	305,2%
Total	(33.313)	(19.794)	(13.519)	68,3%

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O resultado financeiro apresentou uma variação desfavorável de 68,3%, impactando em R\$ 13.519, passando de R\$ 19.794 de despesa no segundo trimestre de 2012 para R\$ 33.313 no mesmo período de 2013.

Essa variação deve-se principalmente a:

- ✓ Renda de aplicações financeiras que apresentou variação desfavorável de R\$ 2.233, devido principalmente à redução do saldo medido de disponibilidades e aplicações dadas como garantia.
- ✓ Juros, comissões e acréscimo moratório de energia que apresentou variação desfavorável de R\$ 1.795, devido principalmente à redução do parcelamento.
- ✓ Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) que apresentaram variação favorável de R\$ 10.243, devido basicamente à queda da despesa com encargos de dívida, em função de um menor volume de captações de recursos para investimento na rede de distribuição, e à redução das taxas de juros (CDI e TJLP) vinculadas ao endividamento da Companhia.
- ✓ Outras receitas (despesas) financeiras líquidas, variação desfavorável de R\$ 19.734, decorrente de Multa regulatória - Órgão Regulador (Eficiência Energética) – R\$ 2.081; do reconhecimento de juros, referente ao pagamento do auto de infração produtor rural e poder público – R\$ 8.166; e da reclassificação do passivo atuarial, da linha de provisão líquida para outras despesas financeiras - R\$ 14.364;

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES**

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação % 2013/2012
	30/06/13	30/06/12	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	2.249.709	2.381.876	-5,55%
Receita Operacional Líquida	1.620.599	1.607.318	0,83%
EBITDA	217.143	145.823	48,91%
Resultado do Serviço	141.169	61.520	129,47%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(48.286)	(33.926)	42,33%
Lucro Líquido	70.015	25.490	174,68%
Margem EBITDA (%)	13,40%	9,07%	4,33%
Margem Operacional (%)	8,71%	3,83%	4,88%
Margem Líquida (%)	4,32%	1,59%	2,73%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	3.804.852	3.770.548	0,9%
Dívida Bruta	1.356.247	1.501.537	-9,7%
Patrimônio Líquido	1.454.178	1.369.506	6,2%
Investimentos	143.390	173.082	-17,2%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	1.058.868	1.093.476	-3,2%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,421	0,444	-5,1%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,214	0,004	5801,5%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,382	0,363	5,2%

Dívida de curto prazo líquida em relação à dívida total líquida aumentou, comparado com o mesmo período do ano anterior, em função da entrada no curto prazo de contratos de empréstimos com o Banco do Brasil.

Indicadores de Produtividade			Variação % 2013/2012
	30/06/13	30/06/12	
Nº de Empregados	1.699	1.667	1,9%
Nº de Consumidores	3.295.928	3.201.324	3,0%
Consumidores/Empregados	1.940	1.920	1,0%
Receita Operacional Líquida/Empregados	954	964	-1,1%

A receita operacional líquida até 30 de junho desse ano apresentou aumento de 0,83% em relação ao mesmo período do ano anterior, e o número de empregados aumentou 1,9% o que justifica a redução de 1,1% do índice ROL/empregados.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 30/06/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Conciliação EBITDA	2º Trimestre		Variação % 2013/2012	Acumulado até		Variação % 2013/2012
	30/06/13	30/06/12		30/06/13	30/06/12	
Lucro líquido	48.953	(24.035)	-303,7%	70.015	24.484	186,0%
Despesas financeiras	66.728	46.038	44,9%	109.972	96.349	14,1%
Receitas financeiras	(33.415)	(26.244)	27,3%	(61.686)	(58.904)	4,7%
Imposto de renda	12.724	(11.914)	-206,8%	14.028	(7.665)	-283,0%
Amortização	37.818	48.466	-22,0%	75.973	82.308	-7,7%
Amortização de ágio	4.420	4.625	-4,4%	8.841	9.250	-4,4%
EBITDA	137.228	36.936	271,5%	217.143	145.822	48,9%

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u> (Reapresentado)
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	240.233	192.602
Contas a receber de clientes e outros	5	547.530	677.858
Títulos e valores mobiliários	6	14.493	6.761
Recursos CDE	7	54.558	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	99.304	56.942
Estoques		5.739	6.324
Despesas pagas antecipadamente		7.261	1.688
Serviços em curso	9	11.753	13.014
Outros ativos circulantes	10	20.898	35.856
TOTAL DO CIRCULANTE		1.001.769	991.045
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	190.644	245.597
Títulos e valores mobiliários	6	20.992	2.803
Impostos e contribuições a recuperar	8	15.640	17.689
Impostos e contribuições diferidos	11	372.178	379.046
Depósitos judiciais	12	40.092	36.865
Entidade de Previdência Privada		769	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	293.768	257.900
Outros ativos não circulantes	10	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	14	1.864.108	1.834.711
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.803.083	2.779.503
TOTAL DO ATIVO		3.804.852	3.770.548

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2013	31/12/2012
			<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	338.738	348.452
Empréstimos e financiamentos	16	412.868	173.501
Debêntures	17	54.675	103.750
Salários e encargos a pagar	18	23.490	23.043
Taxas regulamentares	19	21.793	18.785
Impostos e contribuições a recolher	20	145.901	106.177
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	244	4.114
Provisões	22	22.639	17.187
Entidade de previdência privada	30	15.445	16.298
Outros passivos circulantes	23	107.045	127.558
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.142.838</u>	<u>938.865</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	26.951	26.030
Empréstimos e financiamentos	16	365.910	587.417
Debêntures	17	359.449	359.299
Taxas regulamentares	19	24.579	43.213
Impostos e contribuições a recolher	21	-	-
Provisões	21	45.590	50.883
Entidade de previdência privada	30	360.477	347.306
Outros passivos não circulantes	23	24.880	21.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>1.207.836</u>	<u>1.435.768</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		401.204	401.107
Outros resultados abrangentes		(42.980)	(42.469)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	11.337
Prejuízo acumulado		(52.300)	(122.314)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.454.178</u>	<u>1.395.915</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.804.852</u>	<u>3.770.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/04/13 a 30/06/13	01/01/13 a 30/06/13	01/04/12 a 30/06/12 (Reapresentado)	01/01/12 a 30/06/12 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	799.279	1.620.599	825.027	1.607.318
CUSTO DO SERVIÇO	26	<u>(604.631)</u>	<u>(1.288.563)</u>	<u>(668.512)</u>	<u>(1.220.367)</u>
LUCRO BRUTO		194.648	332.036	156.515	386.951
Despesas com vendas	26	(56.529)	(114.858)	(128.158)	(247.997)
Despesas gerais e administrativas	26	<u>(38.709)</u>	<u>(76.010)</u>	<u>(39.887)</u>	<u>(75.440)</u>
LUCRO OPERACIONAL		99.410	141.168	(11.530)	63.514
Resultado financeiro		<u>(33.313)</u>	<u>(48.285)</u>	<u>(19.794)</u>	<u>(37.445)</u>
Receitas financeiras	27	33.415	61.687	26.244	58.904
Despesas financeiras	27	<u>(66.728)</u>	<u>(109.972)</u>	<u>(46.038)</u>	<u>(96.349)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		66.097	92.883	(31.324)	26.069
Imposto de renda e contribuição social		<u>(17.144)</u>	<u>(22.868)</u>	<u>7.289</u>	<u>(1.585)</u>
Corrente	11	(23.718)	(30.117)	10.315	(12.086)
Diferido	11	769	1.710	4.847	12.185
Imposto de renda - SUDENE	11	10.226	14.380	(3.248)	7.566
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	11	<u>(4.421)</u>	<u>(8.841)</u>	<u>(4.625)</u>	<u>(9.250)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>48.953</u>	<u>70.015</u>	<u>(24.035)</u>	<u>24.484</u>
LUCRO BÁSICO EDILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,6554	0,9375	-0,3218	0,3278
Preferencial A		0,6554	0,9375	-0,3218	0,3278
Preferencial B		0,7210	1,0312	-0,3540	0,3606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	01/04/13 a 30/06/13	01/01/13 a 30/06/13	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12
			<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro/(prejuízo) do período	48.953	70.015	(24.035)	24.484
Outros resultados abrangentes				
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.976	7.506
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	(776)	7.671	26.688
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	264	(5.320)	(11.626)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	(512)	10.327	22.568
Lucro/(prejuízo) líquido do período	48.953	69.503	(13.708)	47.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Aço	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas	Outros Resultados Abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Recapitulado)	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	230	23.014	(88.117)	58.050	1.537.976	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	87	-	-	(58.050)	87	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	87	-	-	(58.050)	(57.963)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	24.484	-	24.484	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.506	-	-	7.506	
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	26.688	-	-	26.688	
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(11.620)	-	-	(11.620)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	22.568	-	-	22.568	
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	45.582	(63.633)	-	1.517.065	
Saldo em 30 de junho de 2012	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	317	45.582	(63.633)	-	1.517.065	

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Aço	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Recapitulado)	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	335	(42.469)	(122.315)	11.337	1.395.914	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	98	-	-	(11.337)	98	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	98	-	-	(11.337)	(11.239)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	70.015	-	70.015	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	(776)	-	-	(776)	
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264	
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264	
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	
Saldo em 30 de junho de 2013	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	433	(42.981)	(52.300)	-	1.454.178	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

Ref.:	01/01/13 a 30/06/13	01/01/12 a 30/06/12 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	92.883	26.069
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	77.784	67.444
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	75.096	39.183
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(5.277)	25.793
Valor residual do ativo intangível baixado	1.643	67.906
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.795	13.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.609	158.152
	<u>285.533</u>	<u>398.281</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	156.672	(2.113)
IR e CSLL a recuperar	(19.098)	(12.756)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(19.929)	(1.036)
Estoques	586	(1.148)
Depósitos judiciais	(2.583)	(2.201)
Despesas pagas antecipadamente	(5.573)	(4.226)
Entidade de Previdência Privada	(769)	-
Outros ativos	(40.099)	(37.185)
	<u>69.207</u>	<u>(60.665)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(8.792)	80.266
Salários e encargos a pagar	447	2.529
Encargos de dívidas e swap pagos	(33.937)	(52.612)
Taxas regulamentares	(15.625)	4.286
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(16.039)	(11.587)
Impostos e contribuições a recolher	38.739	2.594
Indenizações/contingências pagas	(17.585)	(14.210)
Entidade de previdência privada	2.820	(11.831)
Outros passivos	(17.254)	16.726
	<u>(67.226)</u>	<u>16.161</u>
	<u>287.514</u>	<u>353.777</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	(269)
Aquisição de intangível	(143.761)	(173.082)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(107.892)	(162.785)
Resgate de títulos e valores mobiliários	82.116	153.731
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(169.537)</u>	<u>(182.405)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	43.770	52.182
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(55.359)	(84.577)
Amortização do principal de debêntures	(48.980)	(48.980)
Obrigações vinculadas	5.332	3.840
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.109)	(8.159)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(70.346)</u>	<u>(85.694)</u>
	<u>47.631</u>	<u>85.678</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	192.602	236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	240.233	322.466
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>47.631</u>	<u>85.678</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	01/01/13 a	01/01/12 a
Ref.:	30/06/13	30/06/12
		(Reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	2.249.709	2.381.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.985)	(188.969)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	2.853	(4)
	<u>2.198.577</u>	<u>2.192.903</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.015.365)	(865.590)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(39.632)	(96.152)
Matérias-primas consumidas	(4.151)	(2.789)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(299.100)	(306.265)
	<u>(1.358.248)</u>	<u>(1.270.796)</u>
Valor adicionado bruto	840.329	922.107
Amortização (*)	(77.784)	(83.837)
Valor adicionado líquido	762.545	838.270
Receitas financeiras	61.686	58.905
Valor adicionado total a distribuir	824.231	897.175
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	45.545	41.686
Encargos sociais (exceto INSS)	10.106	9.012
Entidade de previdência privada	6.785	5.841
Auxílio alimentação	5.137	4.310
Convênio assistencial e outros benefícios	2.107	1.451
Despesas com desligamento	2.585	5.268
Férias e 13º salário	10.150	9.570
Plano de saúde	4.194	1.842
Indenizações trabalhistas	546	2.247
Participação no resultado	5.318	6.431
Administradores	904	880
Encerramento de ordem em curso	634	307
(-) Transeferência para Ordens	(21.377)	(18.755)
Subtotal	72.634	70.090
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	10.901	10.235
ICMS	426.631	455.170
PIS/COFINS sobre faturamento	78.895	121.779
Imposto de renda e contribuição social	22.868	1.586
Obrigações intra-setoriais	28.744	114.546
Outros	2.440	1.951
Subtotal	570.479	705.267
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	109.972	96.349
Aluguéis	1.131	985
Subtotal	111.103	97.334
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro/(prejuízo)	70.015	24.484
Subtotal	70.015	24.484
Valor adicionado distribuído	824.231	897.175

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias em 12 de agosto de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 141.069 em 30 de junho de 2013, devido à entrada no curto prazo de dois empréstimos junto ao Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 92.452 e R\$ 193.331, com vencimentos em janeiro e abril de 2014 e custo de 98,5% e 99,5% do CDI, respectivamente.

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as suas obrigações operacionais de curto prazo. A regularização do CCL deverá ocorrer com a liquidação e/ou rolagem dos empréstimos até os seus vencimentos. Além disso, a recente homologação do Despacho nº 2.850, de 13 de agosto de 2013, da Subvenção CDE, a ser recebida ainda em 2013, deverá contribuir para essa regularização.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos seis meses findos em 30 de junho de 2013 foi elaborada e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em conformidade com IAS 34 – Interim financial reporting.

2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

2.3 – Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados, impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de junho e 31 de dezembro de 2012:

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

ATIVO	01/01/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	01/01/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	815.392	-	-	6.459	821.851
Títulos e valores mobiliários	26.233	-	-	-	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	53.433	-	-	2.843	56.276
Despesas pagas antecipadamente	5.161	-	-	(2.854)	2.307
Serviços em curso	58.851	-	-	(48.546)	10.305
Outros ativos circulantes	268.408	-	-	(6.448)	261.961
TOTAL DO CIRCULANTE	1.227.478			(48.546)	1.178.932
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	57.838	-	-	(49.804)	8.033
Impostos e contribuições diferidos	164.542	(4.534)	16.784	166.377	343.169
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	212.392	-	-	(212.392)	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	269.623	-	(156.148)	-	113.475
Outros ativos não circulantes	464.805	-	-	-	464.805
Intangível	1.660.840	-	51.247	-	1.712.087
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.830.040	(4.534)	(88.117)	(95.819)	2.641.570
ATIVO TOTAL	4.057.518	(4.534)	(88.117)	(144.365)	3.820.502

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	01/01/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores	260.609	-	-	787	261.396
Empréstimos e financiamentos	168.648	-	-	-	168.648
Taxas regulamentares	63.990	-	-	(34.700)	29.290
Outros passivos circulantes	427.521	-	-	-	427.521
TOTAL DO CIRCULANTE	920.768	-	-	(33.913)	886.855
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	609.251	-	-	(49.804)	559.447
Taxas regulamentares	52.930	-	-	(14.633)	38.297
Impostos e contribuições diferidos	46.016	-	-	(46.016)	-
Entidade de previdência privada	279.500	(13.334)	-	-	266.166
Outros passivos não circulantes	541.759	-	-	-	541.759
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.529.456	(13.334)	-	(110.453)	1.405.669
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros resultados abrangentes	14.214	8.801	-	-	23.015
Prejuízo acumulado	-	-	(88.117)	-	(88.117)
Outros PL	1.593.080	-	-	-	1.593.080
Total do patrimônio líquido	1.607.294	8.801	(88.117)	-	1.527.978
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	4.057.518	(4.533)	(88.117)	(144.366)	3.820.502

ATIVO	31/12/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	31/12/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	677.858	-	-	-	677.858
Títulos e valores mobiliários	6.761	-	-	-	6.761
Impostos e contribuições a recuperar	56.942	-	-	-	56.942
Despesas pagas antecipadamente	1.688	-	-	-	1.688
Serviços em curso	13.014	-	-	-	13.014
Outros ativos circulantes	234.783	-	-	-	234.783
TOTAL DO CIRCULANTE	991.045	-	-	-	991.045
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	2.803	-	-	-	2.803
Impostos e contribuições diferidos	322.767	21.878	34.401	-	379.046
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	464.132	-	(206.232)	-	257.900
Outros ativos não circulantes	305.043	-	-	-	305.043
Intangível	1.785.195	-	49.516	-	1.834.711
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.879.940	21.878	(122.315)	-	2.779.503
ATIVO TOTAL	3.870.985	21.878	(122.315)	-	3.770.548

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	31/12/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores	318.791	-	-	29.661	348.452
Empréstimos e financiamentos	173.501	-	-	-	173.501
Taxas regulamentares	48.446	-	-	(29.661)	18.785
Outros passivos circulantes	398.127	-	-	-	398.127
TOTAL DO CIRCULANTE	938.865	-	-	-	938.865
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	587.417	-	-	-	587.417
Taxas regulamentares	43.213	-	-	-	43.213
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	-	-
Entidade de previdência privada	282.959	64.347	-	-	347.306
Outros passivos não circulantes	457.833	-	-	-	457.833
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.371.422	64.347	-	-	1.435.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros resultados abrangentes	-	(42.469)	-	-	(42.469)
Prejuízo acumulado	-	-	(122.315)	-	(122.315)
Outros PL	1.560.698	-	-	-	1.560.698
Total do patrimônio líquido	1.560.698	(42.469)	(122.315)	-	1.395.914
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	3.870.985	21.878	(122.315)	-	3.770.548

Demonstrações do Resultado referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012.

	01/04/12 a 30/06/12				01/01/12 a 30/06/12			
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	825.027			825.027	1.607.318			1.607.318
CUSTO DO SERVIÇO	(711.087)	(13.685)	56.260	(668.512)	(1.312.713)	(16.391)	108.737	(1.220.367)
LUCRO BRUTO	113.940	(13.685)	56.260	156.515	294.605	(16.391)	108.737	386.951
Despesas com vendas	(71.898)	-	(56.260)	(128.158)	(139.260)	-	(108.737)	(247.997)
Despesas gerais e administrativas	(39.887)	-	-	(39.887)	(75.440)	-	-	(75.440)
LUCRO OPERACIONAL	2.155	(13.685)	-	(11.530)	79.905	(16.391)	-	63.514
Resultado financeiro	(16.878)	(2.916)	-	(19.794)	(33.663)	(3.782)	-	(37.445)
Receitas financeiras	29.160	(2.916)	-	26.244	62.686	(3.782)	-	58.904
Despesas financeiras	(46.038)	-	-	(46.038)	(96.349)	-	-	(96.349)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.723)	(16.601)	-	(31.324)	46.242	(20.173)	-	26.069
Imposto de renda e contribuição social	1.645	5.644	-	7.289	(8.444)	6.859	-	(1.585)
Corrente	10.315	-	-	10.315	(12.086)	-	-	(12.086)
Diferido	(797)	5.644	-	4.847	5.326	6.859	-	12.185
Imposto de renda - SUDENE	(3.248)	-	-	(3.248)	7.566	-	-	7.566
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMPL	(4.625)	-	-	(4.625)	(9.250)	-	-	(9.250)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(13.078)	(10.957)	-	(24.035)	37.798	(13.314)	-	24.484

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 01/01/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo Publicado	590.174	558.080	444.826	14.214	-	1.607.294
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	8.801	-	8.801
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	(88.117)	-	(88.117)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	444.826	23.015	(88.117)	1.527.978

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 31/12/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo Publicado	590.174	558.080	412.444	-	-	1.560.698
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	(42.469)	-	(42.469)
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	(122.315)	-	(122.315)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	412.444	(42.469)	(122.315)	1.395.914

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2012.

	01/01/12 a 30/06/12			
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
Energia elétrica comprada para revenda	(791.066)	-	(74.524)	(865.590)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(87.284)	-	(8.868)	(96.152)
Matérias-primas consumidas	(2.530)	-	(259)	(2.789)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(306.238)	-	(27)	(306.265)
Amortização	(65.917)	(16.391)	(1.528)	(83.836)
Receitas financeiras	62.685	(3.782)	-	58.903
Outros	2.192.903	-	-	58.903
Valor adicionado total a distribuir	1.002.553	(20.173)	(85.206)	897.174
PIS/COFINS sobre faturamento	207.055	-	(85.277)	121.778
Imposto de renda e contribuição social	8.445	(6.859)	-	1.586
Aluguéis	914	-	71	985
Lucro/(prejuízo)	37.798	(13.314)	-	24.484
Outros	748.341	-	-	748.341
Valor adicionado distribuído	1.002.553	(20.173)	(85.206)	897.174

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2012.

	01/01/12 a 30/06/12			
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	389.024	28.099	(18.842)	398.281
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(70.929)	(28.099)	38.363	(60.665)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	25.959	-	(9.798)	16.161
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	344.054	-	9.723	353.777
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(172.682)	-	(9.723)	(182.405)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(85.694)	-	-	(85.694)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	85.678	-	-	85.678
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	236.788			236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	322.466			322.466
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	85.678	-	-	85.678

3. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 026/2000, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Celpe define a data de 29/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.102 de 12/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição e da Geração de R\$ 2.173.352.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações intermediárias através da reclassificação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	18.354	13.459
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.722	20.229
Fundos de investimento	215.157	158.914
	<u>240.233</u>	<u>192.602</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Consumidores	(a)	1.175.880	1.301.184
Títulos a receber	(b)	2.202	2.214
Comercialização de energia na CCEE	(c)	22.421	53.063
Disponibilização do sistema de distribuição		13.392	19.779
Serviços prestados a terceiros		2.655	2.472
Serviços taxados e administrativos		50.916	51.100
Subvenção	(d)	47.066	33.296
Outros créditos		30.381	38.477
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(606.739)	(578.130)
Total		738.174	923.455
Circulante		547.530	677.858
Não circulante		190.644	245.597

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	84.919	55.452	426.522	566.893	612.222	(426.521)	(412.510)
Industrial	46.496	5.470	81.052	133.018	143.936	(70.310)	(63.809)
Comercial, serviços e outras	62.234	15.567	60.459	138.260	165.092	(45.537)	(45.348)
Rural	13.057	6.005	52.525	71.587	81.124	(25.989)	(24.845)
	206.706	82.494	620.558	909.758	1.002.374	(568.357)	(546.512)
Setor público							
Poder público							
Federal	6.380	438	2.660	9.478	11.358	(1.502)	(1.155)
Estadual	7.186	200	785	8.171	15.339	(1.429)	(1.099)
Municipal	82.919	5.698	8.822	97.439	100.533	(6.416)	(5.649)
	96.485	6.336	12.267	115.088	127.230	(9.347)	(7.903)
Iluminação pública	8.525	2.680	10.970	22.175	28.329	(6.634)	(2.386)
Serviço público	20.069	679	7.119	27.867	31.482	(1.624)	(595)
Fornecimento não faturado	100.992	-	-	100.992	111.769	-	-
Total	432.777	92.189	650.914	1.175.880	1.301.184	(585.962)	(557.396)
Circulante				992.831	1.064.199	(572.457)	(541.675)
Não circulante				183.049	236.985	(13.505)	(15.721)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Setor público	26	5	24	55	66	(24)	(27)
Setor privado	752	107	1.288	2.147	2.148	(2.071)	(2.025)
Total	778	112	1.312	2.202	2.214	(2.095)	(2.052)
Circulante				1.875	1.662	(1.788)	(1.555)
Não circulante				327	552	(307)	(497)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenções:

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de junho de 2013 é R\$ 30.248, (R\$ 33.296 em 31 de dezembro 2012), relativo às subvenções dos meses de maio (R\$ 15.407) e junho (R\$ 14.841) de 2013.

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. O saldo a receber em 30 de junho de 2013 é de R\$ 16.818, relativo à subvenção de maio (R\$ 8.409) e junho (R\$ 8.409) de 2013.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir: a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	-	(263.766)
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	-	56.148
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(557.396)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(578.130)</u>
Adições	(38.153)	(519)	-	(38.672)
Reversões	9.587	476	-	10.063
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>(585.962)</u>	<u>(2.095)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(606.739)</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/13	31/12/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	Variável	13.930	-
Bradesco	(a, b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	20.992	1.119
Bradesco	(a)	LFT	mar-13	CDI	-	22
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	448	5.230
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	70	68
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	45	44
Total					<u>35.485</u>	<u>9.564</u>
Circulante					14.493	6.761
Não circulante					20.992	2.803

- (a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).
- (b) Constituem garantia para leilão de energia.
- (*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	34.267
Aplicações	197.200
Resgates	(222.693)
Remuneração	790
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>9.564</u>
Aplicações	107.892
Resgates	(82.116)
Remuneração	145
Saldo em 30 de junho de 2013	<u><u>35.485</u></u>

7. RECURSOS CDE

	Ref.	30/06/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	39.254
Risco hidrológico	(b)	3.328
Frustração de cotas	(c)	11.976
Total		<u><u>54.558</u></u>

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	24.309	15.044
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	21.536	10.417
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	22.438	17.397
Programa de integração social - PIS	(c)	4.556	1.722
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	21.656	7.949
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4.411	3.998
Imposto sobre serviços - ISS		398	415
		<u>99.304</u>	<u>56.942</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	15.640	17.689
Total		<u>114.944</u>	<u>74.631</u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, e de acordo com o disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008 e das retenções de órgãos públicos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	640	3.092
Serviços prestados a terceiros	9.756	8.637
Transf. fabric. reparo de materias	1.357	1.285
Total	<u>11.753</u>	<u>13.014</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

10. OUTROS ATIVOS

	Ref.	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Adiantamentos a empregados		2.090	812
Adiantamentos a fornecedores	(a)	66	15.008
Serviços prestados a terceiros		3.120	4.198
Alienações em curso		1.783	2.037
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.115	5.086
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		3.659	2.998
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		<u>(5)</u>	<u>647</u>
Total		<u>23.056</u>	<u>38.014</u>
Circulante		20.898	35.856
Não circulante		2.158	2.158

(a) Valor de adiantamento as cooperativas, referente à aquisição dos seus ativos pela Celpe, conforme acordo firmado em 06/09/2012.

(b) Valor referente a débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil - RFB no parcelamento PAES e cuja revisão já está sendo realizada por este órgão por solicitação da Companhia.

(c) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	187.128	185.155
Diferido ativo		208.213	211.161
Diferido passivo		(21.085)	(26.006)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	185.050	193.891
Total		<u>372.178</u>	<u>379.046</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	30/06/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	40.857	10.214	46.902	11.725
Diferenças temporárias	499.683	124.921	485.459	121.365
	<u>540.540</u>	<u>135.135</u>	<u>532.361</u>	<u>133.090</u>
Contribuição Social				
Base negativa	40.857	3.677	46.902	4.221
Diferenças temporárias	536.846	48.316	531.592	47.844
	<u>577.703</u>	<u>51.993</u>	<u>578.494</u>	<u>52.065</u>
Total		<u>187.128</u>		<u>185.155</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/06/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.120	81.120	76.716	76.716
Provisão para passivo atuarial	373.925	373.925	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	633	633	1.032	1.032
Provisão para contingências	68.228	68.228	68.070	68.070
Provisão PLR	3.727	3.727	4.900	4.900
Ajustes Base Regulatória	70.337	70.337	70.337	70.337
Prejuízo fiscal	40.857	40.857	46.902	46.902
Incentivo fiscal Sudene	38.366	-	29.396	-
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	89.518	89.518	22.345	22.345
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	7.074	7.074
Outros ajustes de RTT	47.322	47.322	46.155	46.155
Outros	4.536	4.536	3.615	3.615
Total Ativo	821.161	782.795	736.776	707.380
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Fair value de derivativos	(218)	(218)	(43)	(43)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(50.604)	(50.604)	(45.327)	(45.327)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(63.959)	(63.959)	(59.965)	(59.965)
Ativos e passivos regulatórios	(89.518)	(89.518)	(22.345)	(22.345)
Custo de captação	(793)	(793)	(1.206)	(1.206)
Outros (Incentivo Fiscal Sudene)	(75.529)	-	(75.529)	-
Total Passivo	(280.621)	(205.092)	(204.415)	(128.886)
Total Líquido	540.540	577.703	532.361	578.494

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	30/06/2013
	Ativo
2013	37.907
2014	18.020
2015	26.313
2016	31.550
2017	73.338
Total	187.128

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2013 e 2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/06/13		30/06/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	66.096	66.096	(31.322)	(31.322)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.421)	(4.421)	(4.625)	(4.625)
Ajustes decorrentes do RTT	(73.170)	(73.170)	58.136	58.136
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(11.496)	(11.496)	22.189	22.189
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.874)	(1.035)	5.547	1.997
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	8	3	36	14
Multas indedutíveis	4	1	2	1
Depreciação veículos executivos	10	4	8	3
Excesso despesas previdenciárias	1.283	462	862	310
Outras adições	3.085	1.112	37	9
	4.389	1.581	945	337
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.145)	(772)	(2.244)	(808)
Incentivo fiscal SUDENE	(10.226)	-	3.248	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(541)	-	18	-
Outras exclusões	(6)	-	(614)	(93)
	(12.918)	(772)	408	(901)
Imposto de renda e contribuição social no período	(11.403)	(226)	6.900	1.433
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	973	350	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	16.444	6.585	(15.015)	(5.232)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.014	6.709	(8.115)	(3.799)
Corrente	7.069	6.423	(4.424)	(2.643)
Recolhidos e Pagos	5.395	9.553	-	-
Á pagar	984	(1.153)	-	-
Impostos antecipados a recuperar	-	(2.327)	(4.424)	(2.643)
Diferido	(1.055)	286	(3.691)	(1.156)
	6.014	6.709	(8.115)	(3.799)

Ref.	Período acumulado de seis meses findos em			
	30/06/13		30/06/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	92.883	92.883	26.070	26.070
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.841)	(8.841)	(9.250)	(9.250)
Ajustes decorrentes do RTT	54.824	54.824	25.428	25.428
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	138.866	138.866	42.248	42.248
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	34.716	12.498	10.562	3.802
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	15	5	40	15
Multas indedutíveis	4	2	5	2
Depreciação veículos executivos	20	7	22	8
Excesso despesas previdenciárias	2.123	764	1.591	573
Outras adições	3.088	1.112	38	14
	5.250	1.890	1.696	611
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.291)	(1.545)	(4.489)	(1.616)
Incentivo fiscal SUDENE	(14.380)	-	(7.566)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(541)	-	(346)	-
Outras exclusões	(11)	-	(614)	(93)
	(19.223)	(1.545)	(13.015)	(1.709)
Imposto de renda e contribuição social no período	20.743	12.843	(757)	2.704
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	973	350	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	(15.949)	(4.934)	(7.323)	(2.288)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.767	8.260	(8.080)	416
Corrente	7.618	8.119	1.135	3.386
Recolhidos e Pagos	5.944	10.095	5.559	6.028
Á pagar	985	-	-	-
Compensados e deduzidos	689	350	-	-
Impostos antecipados a recuperar	-	(2.326)	(4.424)	(2.642)
Diferido	(1.851)	141	(9.215)	(2.970)
	5.767	8.260	(8.080)	416

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n°s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Trabalhistas	9.734	8.437
Cíveis	18.493	16.715
Fiscais:	<u>11.865</u>	<u>11.713</u>
PIS / COFINS	1.049	946
Impostos municipais	3.293	3.283
INSS	1.127	1.090
IOF	6.267	6.265
Outros	129	129
Total	<u><u>40.092</u></u>	<u><u>36.865</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		113.475
Baixas	(a)	(19.970)
Transferências		146.335
Atualização monetária / valor justo		<u>18.060</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>257.900</u>
Baixas		(152)
Transferências	(b) / (c)	30.743
Atualização monetária / valor justo		<u>5.277</u>
Saldos em 30 de junho de 2013		<u><u>293.768</u></u>

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.
- (b) Redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL no.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

- (c) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 26.464, líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação no montante de R\$ 4.279.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/13				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	4,69	3.272.723	(1.446.395)	(177.200)	1.649.128	1.679.529
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		227.239	-	(12.259)	214.980	155.182
Total		<u>3.499.962</u>	<u>(1.446.395)</u>	<u>(189.459)</u>	<u>1.864.108</u>	<u>1.834.711</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.106.121	(1.380.916)	(199.466)	1.525.739	195.709	(6.193)	189.516	1.715.255
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(250.950)	214.457	513	(35.980)	98	-	98	(35.882)
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(163.058)	-	16.010	(147.048)	-	-	-	(147.048)
Transferências - Outros	-	(55.594)	-	(55.594)	(1.368)	-	(1.368)	(56.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.238.077</u>	<u>(1.377.623)</u>	<u>(180.925)</u>	<u>1.679.529</u>	<u>161.553</u>	<u>(6.371)</u>	<u>155.182</u>	<u>1.834.711</u>
Adições	-	-	-	-	143.761	(5.332)	138.429	138.429
Baixas	(12.506)	11.707	-	(799)	(693)	-	(693)	(1.492)
Amortizações	-	(80.480)	4.709	(75.771)	-	-	-	(75.771)
Transferências - Intangíveis	51.432	-	(984)	50.448	(51.432)	984	(50.448)	-
Transferências - Ativos financeiros	(4.279)	-	-	(4.279)	(26.943)	479	(26.464)	(30.743)
Transferências - Outros	-	-	-	-	993	(2.019)	(1.026)	(1.026)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>3.272.724</u>	<u>(1.446.396)</u>	<u>(177.200)</u>	<u>1.649.128</u>	<u>227.239</u>	<u>(12.259)</u>	<u>214.980</u>	<u>1.864.108</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Fornecedores	30/06/13	31/12/12
Energia elétrica:	232.199	257.200
Terceiros	150.958	184.722
Partes relacionadas	81.241	72.478
Encargos de uso da rede	66.661	52.701
Terceiros	66.558	52.629
Partes relacionadas	103	72
Materiais e serviços	39.878	38.551
Terceiros	39.681	38.162
Partes relacionadas	197	389
Energia livre	26.951	26.030
Total	<u>365.689</u>	<u>374.482</u>
Circulante	338.738	348.452
Não circulante	26.951	26.030

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/06/13	31/12/12	
Moeda nacional							
Banco do Nordeste		-	-	-	-	10.979	
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	-	-	1.407	
BNB 6		64	26.884	53.769	80.717	94.195	
(-) Custos de transação		-	(86)	(70)	(156)	(210)	
		64	26.798	53.699	80.561	93.985	
BNDES FINEM		918	80.131	271.507	352.556	330.535	
(-) Custos de transação	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	-	(2)	(1)	(3)	(4)	
		918	80.129	271.506	352.553	330.531	
Eletrobrás		187	10.096	26.796	37.079	41.098	
(-) Custos de transação	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	(20)	(31)	(51)	(54)	
		187	10.076	26.765	37.028	41.044	
FINEP		63	6.645	24.362	31.070	34.403	
(-) Custos de transação	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	-	(72)	(108)	(180)	(220)	
		63	6.573	24.254	30.890	34.183	
Banco do Brasil		63.093	149.332	-	212.425	208.352	
Operações com swap	13,55% a.a / 13,76% a.a.	-	(19.094)	-	(19.094)	(21.398)	
		63.093	130.238	-	193.331	186.954	
Banco do Brasil		17.787	75.000	-	92.787	89.757	
(-) Custos de transação		-	(335)	-	(335)	(627)	
		17.787	74.665	-	92.452	89.130	
FINEP		15	1.061	8.184	9.260	9.259	
(-) Custos de transação	4,00% a.a.	-	(25)	(53)	(78)	(92)	
		15	1.036	8.131	9.182	9.167	
Outros		-	11	2	13	17	
Total moeda nacional		82.127	329.526	384.357	796.010	797.397	
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW		-	1.452	3.951	5.403	5.788	
Operações com swap		-	(237)	(738)	(975)	(781)	
		-	1.215	3.213	4.428	5.007	
Total moeda estrangeira		-	1.215	3.213	4.428	5.007	
(-) Garantias depósitos vinculados			-	(21.660)	(21.660)	(41.486)	
Total		82.127	330.741	365.910	778.778	760.918	

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R\$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	62.967	(78)	62.889	327.301	(188)	327.113
2015	123.899	(110)	123.789	115.228	(104)	115.124
2016	98.023	(53)	97.970	89.334	(46)	89.288
2017	72.953	(22)	72.931	64.288	(19)	64.269
2018	29.063	(3)	29.060	25.213	(3)	25.210
Após 2018	931	-	931	780	-	780
Total obrigações	<u>387.836</u>	<u>(266)</u>	<u>387.570</u>	<u>622.144</u>	<u>(360)</u>	<u>621.784</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(21.660)			(34.367)
Total			<u>365.910</u>			<u>587.417</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	554.448	1.540	4.999	728.095
Ingressos	18.730	127.453	-	-	146.183
Encargos	64.751	-	260	-	65.011
Variação monetária e cambial	-	-	132	499	631
Swap	-	(6.791)	(434)	(394)	(7.619)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(67)	3	3	(61)
Transferências	107.442	(107.442)	1.335	(1.335)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(178.860)	(11)	(1.601)	-	(180.472)
(-) Mov. depósitos em garantia	(7.118)	15.436	-	-	8.318
(-) Custos de transação	213	619	-	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	7.565	36.205	-	-	43.770
Encargos	31.896	-	108	-	32.004
Variação monetária e cambial	-	-	103	277	380
Swap	(2.505)	(2.442)	(106)	(112)	(5.165)
Efeito cumulativo marcação a mercado	(104)	(73)	-	2	(175)
Transferências	267.453	(267.453)	726	(726)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(72.328)	-	(851)	-	(73.179)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.118	12.708	-	-	19.826
(-) Custos de transação	292	107	-	-	399
Saldos em 30 de junho de 2013	411.653	362.697	1.215	3.213	778.778

17. DEBÊNTURES

Debêntures (*)	Série	Remuneração	30/06/13			31/12/12	
			Encargos	Principal		Total	Total
			Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	626	48.980	-	49.606	99.113
(-) Custos de transação			-	(23)	-	(23)	(162)
			626	48.957	-	49.583	98.951
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	5.401	-	360.000	365.401	365.113
(-) Custos de transação			-	(309)	(551)	(860)	(1.015)
			5.401	(309)	359.449	364.541	364.098
Total			6.027	48.648	359.449	414.124	463.049

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

(b) Garantias

Para a 2ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	-	(162)	(162)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	<u>360.000</u>	<u>(551)</u>	<u>359.449</u>	<u>360.000</u>	<u>(701)</u>	<u>359.299</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	50.770	-	50.770
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(239.864)	-	(239.864)
(-) Custos de transação	694	337	1.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>103.750</u>	<u>359.299</u>	<u>463.049</u>
Encargos	15.877	-	15.877
Amortizações e pagamentos de juros	(65.096)	-	(65.096)
(-) Custos de transação	144	150	294
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>54.675</u>	<u>359.449</u>	<u>414.124</u>

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/06/13	31/12/12
Salários	4.861	6.668
Provisões férias e 13º salário	8.572	6.380
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	5.224	4.327
Provisão PLR	3.727	4.900
Outros	1.106	768
Total	<u>23.490</u>	<u>23.043</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	11.299
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		629	2.234
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		880	1.210
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		440	605
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	20.787	22.936
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	19.458	21.408
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		375	491
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	1.815
Total		<u>46.372</u>	<u>61.998</u>
Circulante		21.793	18.785
Não circulante		24.579	43.213

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante		
Imposto de renda - IR	7.784	255
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8.119	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	102.286	75.962
Programa de integração social - PIS	3.234	3.411
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14.895	15.730
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.496	2.185
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	857	1.045
Imposto sobre serviços - ISS	1.203	1.445
Outros	6.027	6.144
Total	<u>145.901</u>	<u>106.177</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	11.337
Pagos no período	(15.109)
Prescritos	<u>(98)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>244</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 22.639 classificadas no passivo circulante (R\$ 17.187 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 45.590 no não circulante (R\$ 50.883 em 31 de dezembro de 2012) são compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.777	39.826	1.467	68.070
Constituição	5.890	8.071	-	13.961
Baixas/reversão	(9.017)	(7.734)	-	(16.751)
Atualização	(125)	3.113	(39)	2.949
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>23.525</u>	<u>43.276</u>	<u>1.428</u>	<u>68.229</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		30/06/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	3.043	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.043	3.407
	13.121	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.682	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	20.079	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.079	23.022
	71.099	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	125.674	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	403	1ª, 2ª e 3ª	Provável	403	348
	1.153	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	490	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>239.744</u>			<u>23.525</u>	<u>26.777</u>

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/06/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	5.684	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.684	5.279
		2.862	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.532	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	14.606	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.606	10.212
		102.162	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.994	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	7.717	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.717	8.096
		68.960	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.997	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	4.143	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.143	6.222
		55.384	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.179	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.484	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.484	7.134
		33.533	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.399	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	16
		5.959	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		79	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	-
		4.109	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.731	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		2.125	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.125	1.904
		5.507	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		527	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		820	1ª, 2ª e 3ª	Provável	820	753
		7	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
		2.400	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	661	1ª, 2ª e 3ª	Provável	661	194
		3.048	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.030	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>350.680</u>			<u>43.276</u>	<u>39.826</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/06/13	31/12/12
ICMS	(1)	129.150	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	1.181	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	394
		23.505	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.277	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.125	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL		2.282	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
		25.782	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU		2.364	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		282	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		21.573	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(3)	4.465	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	381
		18.524	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(4)	6.811	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	503
		681.444	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		5.498	Administrativa	Possível	-	-
		4.458	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(5)	50.244	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		28	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>981.994</u>			<u>1.428</u>	<u>1.467</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(1.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(1.6) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou por unanimidade procedente a dedutibilidade destas despesas, ainda aguarda a avaliação de um pedido de Recurso Especial por parte da Fazenda.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/06/13	31/12/12
Consumidores	(a)	10.497	12.165
Empregados - adiantamento acordo coletivo		22	17
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.637	6.221
Convênios		115	47
Caução em garantia	(b)	28.971	24.823
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.678
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	6.499	8.590
Adiantamentos recebidos	(d)	20.374	17.587
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	52.486	73.318
Outras		4.517	4.603
Total		<u>131.925</u>	<u>149.178</u>
Circulante		107.045	127.558
Não circulante		24.880	21.620

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.
- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social**

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital**a) Reserva especial de ágio**

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 10).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 30 de junho de 2013, o valor de R\$ 14.380 (R\$ 7.566 em 30 de junho 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Em 2013, estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
		30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Fornecimento de energia	(a)	487.491	481.379	943.993	943.468
Receita de distribuição		478.140	471.828	923.279	926.061
Remuneração financeira wacc		9.351	9.551	20.714	17.407
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	1.249	1	9.952	723
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	535.632	625.071	1.098.334	1.245.544
Receita de distribuição		525.326	612.652	1.074.022	1.222.576
Remuneração financeira wacc		10.306	12.419	24.312	22.968
Receita de construção da infraestrutura da concessão		73.217	101.114	135.717	173.087
Outras receitas	(d)	30.004	4.203	61.712	19.054
Total receita bruta		1.127.593	1.211.768	2.249.709	2.381.876
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(328.314)	(386.741)	(629.110)	(774.558)
Total receita operacional líquida		799.279	825.027	1.620.599	1.607.318

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:						
Residencial	2.887.152	2.773.084	1.163.029	1.001.702	395.911	412.186
Industrial	12.278	12.635	343.122	391.218	109.830	153.293
Comercial	201.841	199.642	587.177	564.841	225.383	261.404
Rural	156.093	177.376	162.014	165.662	30.981	36.782
Poder público	22.267	22.044	169.730	159.142	60.502	71.065
Iluminação pública	5.257	5.185	102.121	101.536	23.224	27.031
Serviço público	3.066	2.894	154.628	155.167	32.565	50.032
Consumo próprio	253	234	3.325	3.326	-	-
Suprimento	19	29	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(3.022)	2.001
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(495.789)	(579.177)
	3.288.226	3.193.123	2.685.146	2.542.594	379.585	434.617
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	107.906	46.762
Total	3.288.226	3.193.123	2.685.146	2.542.594	487.491	481.379

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	Período acumulado de seis meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:							
Residencial		2.887.152	2.773.084	2.301.248	2.042.998	812.496	841.072
Industrial		12.278	12.635	678.181	788.790	222.341	301.648
Comercial		201.841	199.642	1.169.856	1.128.012	461.335	510.766
Rural		156.093	177.376	333.417	320.744	65.384	70.955
Poder público		22.267	22.044	329.669	309.224	121.988	134.628
Iluminação pública		5.257	5.185	203.967	204.771	46.831	53.805
Serviço público		3.066	2.894	308.297	313.468	66.834	97.525
Consumo próprio		253	234	6.378	6.581		
Suprimento		19	29	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(10.777)	701
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(1.012.914)	(1.156.349)
		<u>3.288.226</u>	<u>3.193.123</u>	<u>5.331.013</u>	<u>5.114.588</u>	<u>773.518</u>	<u>854.751</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	170.475	88.717
Total		<u>3.288.226</u>	<u>3.193.123</u>	<u>5.331.013</u>	<u>5.114.588</u>	<u>943.993</u>	<u>943.468</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	<u>30/06/13</u>
Receita Verificada	(1)	<u>2.816.574</u>
Encargos Setoriais		164.684
Compra de Energia Elétrica		1.634.583
Transporte de Energia		73.234
Parcela A		<u>1.872.501</u>
Remuneração Bruta de Capital		242.788
Quota de Reintegração Regulatória		149.357
Empresa de Referência		582.516
Inadimplência		38.397
Parcela B		<u>1.013.058</u>
Receita Requerida (Parcela A +B)		<u>2.885.559</u>
(-) Outras Receitas		<u>(23.934)</u>
Receita Requerida Líquida	(2)	<u>2.861.625</u>
Componentes Financeiros	(3)	<u>(41.800)</u>
CVA		(12.219)
Sobrecontratação		(53.245)
Subsídio a Irrigantes e Aquicultores		2.538
Exposição financeira		2.817
Programa Social Luz Para Todos		(29)
Parcela de Ajuste Conexão		(4)
Parcela de Ajuste Rede Básica		
Outros Componentes		18.343
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	1,60%
Componentes Financeiros [(3) / (2)]	(5)	-1,42%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		<u>0,18%</u>

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	39.843	45.894	85.420	89.195
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	495.789	579.177	1.012.914	1.156.349
	<u>535.632</u>	<u>625.071</u>	<u>1.098.334</u>	<u>1.245.544</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Outras receitas

	Período de três meses findos		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda da prestação de serviços	1.263	614	2.276	1.340
Arrendamentos e aluguéis	5.060	4.598	10.071	9.092
Serviço taxado	1.153	1.569	2.176	3.114
Taxa de iluminação pública	1.929	2.031	3.817	4.012
Administração de faturas de fraudes	221	(4.769)	435	(4.592)
Multa infração consumidor	3.271	(61)	4.308	5.615
Ressarcimento Energia	16.854	-	38.176	-
Outras receitas	253	222	453	473
	<u>30.004</u>	<u>4.203</u>	<u>61.712</u>	<u>19.054</u>

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
IMPOSTOS:				
ICMS	(227.429)	(227.795)	(426.631)	(455.170)
PIS	(16.449)	(18.873)	(31.432)	(36.933)
COFINS	(74.998)	(86.857)	(144.067)	(170.122)
ISS	(405)	(377)	(836)	(736)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(8.351)	(2.831)	(16.921)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.887)	(6.702)	(3.774)	(13.405)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(24.439)	(5.189)	(59.701)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.470)	(7.766)	(6.904)	(10.927)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.470)	(1.395)	(2.978)	(2.660)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(736)	(698)	(1.489)	(1.330)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.470)	(1.395)	(2.979)	(2.665)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(2.093)	-	(3.990)
Total	<u>(328.314)</u>	<u>(386.741)</u>	<u>(629.110)</u>	<u>(774.558)</u>

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/06/13		30/06/12		
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(20.875)	(7.606)	(13.117)	(41.598)	(36.990)
Administradores	-	-	(539)	(539)	(535)
Entidade de previdência privada	(1.930)	(278)	(2.527)	(4.735)	(2.818)
Material	(3.355)	(93)	(298)	(3.746)	(2.473)
Combustível para produção de energia	(2.058)	-	-	(2.058)	(1.123)
Serviços de terceiros	(36.467)	(17.124)	(16.227)	(69.818)	(56.313)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.126)	-	-	(1.126)	(1.474)
Energia elétrica comprada para revenda	(409.755)	-	-	(409.755)	(433.306)
Encargos de uso do sistema transmissão	(17.806)	-	-	(17.806)	(43.480)
Depreciação e amortização	(29.027)	(5.950)	(2.841)	(37.818)	(48.466)
Arrendamentos e alugueis	(154)	(181)	(179)	(514)	(471)
Tributos	(58)	(57)	(147)	(262)	(170)
Provisões líquidas - PCLD	-	(10.289)	-	(10.289)	(80.327)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(14.181)	-	(14.181)	(18.052)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.511	2.511	(782)
Provisões atuariais	-	-	2.532	2.532	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(73.217)	-	-	(73.217)	(101.114)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	2.853	2.853	17
Outros	(8.803)	(770)	(10.730)	(20.303)	(8.680)
Total custos / despesas	(604.631)	(56.529)	(38.709)	(699.869)	(836.557)

	Período acumulado de seis meses findos em				
	30/06/13		30/06/12		
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(37.822)	(13.924)	(23.924)	(75.670)	(73.433)
Administradores	-	-	(1.080)	(1.080)	(1.051)
Entidade de previdência privada	(2.817)	(518)	(3.450)	(6.785)	(5.841)
Material	(6.215)	(166)	433	(5.948)	(5.027)
Combustível para produção de energia	(3.830)	-	-	(3.830)	(2.530)
Serviços de terceiros	(70.260)	(32.254)	(27.804)	(130.318)	(112.557)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.600)	-	-	(2.600)	(2.948)
Energia elétrica comprada para revenda	(925.606)	-	-	(925.606)	(791.066)
Encargos de uso de rede	(34.984)	-	-	(34.984)	(87.284)
Amortização	(58.310)	(11.934)	(5.729)	(75.973)	(82.308)
Arrendamentos e alugueis	(314)	(375)	(377)	(1.066)	(912)
Tributos	(756)	(160)	(688)	(1.604)	(1.216)
Provisões líquidas - PCLD	-	(28.604)	-	(28.604)	(158.152)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(25.381)	-	(25.381)	(30.818)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.895	2.895	478
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(135.717)	-	-	(135.717)	(173.087)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	2.853	2.853	(5)
Outros	(9.332)	(1.542)	(19.139)	(30.013)	(16.047)
Total custos / despesas	(1.288.563)	(114.858)	(76.010)	(1.479.431)	(1.543.804)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda de aplicações financeiras	4.844	7.078	8.233	14.203
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	11.491	13.286	23.551	28.630
Variação monetária	12.853	3.130	22.540	10.530
Variação cambial	-	6	231	377
Operações swap	3.019	1.920	5.465	3.161
Outras receitas financeiras	1.207	824	1.667	2.003
Total	33.415	26.244	61.687	58.904

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Encargos de dívida	(25.808)	(29.423)	(49.896)	(62.731)
Variação monetária	(12.887)	(8.836)	(21.670)	(15.931)
Variação cambial	(609)	(434)	(620)	(798)
Operações swap	(17)	(55)	(297)	(466)
Multas regulatórias	(2.406)	(3.507)	(10.858)	(8.254)
Outras despesas financeiras	(25.001)	(3.783)	(26.631)	(8.169)
Total	(66.728)	(46.038)	(109.972)	(96.349)

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/13			31/12/12		30/06/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	148	-	1.761	347	-	4.084
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1.501	-	-	685	-
			<u>148</u>	<u>1.501</u>	<u>1.761</u>	<u>347</u>	<u>685</u>	<u>4.084</u>
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1.436	1.436	-	536	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	169	503	-	84	383	-
TERMOPERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	79.070	(260.445)	-	70.048	(240.193)
	(d)	Uso da Rede	-	86	(299)	-	39	(245)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	366	-	-	85	-
			<u>-</u>	<u>79.522</u>	<u>(260.744)</u>	<u>-</u>	<u>70.172</u>	<u>(240.438)</u>
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	2.254	827	-	841	387	-
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	89	-	-	72	-
NC ENERGIA		Prestação de serviço	-	1	-	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	98	-
			<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98</u>	<u>-</u>
NEOENERGIA SERVIÇOS	(f)	Prestação de serviço	-	439	(2.638)	-	443	(3.041)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	55	-	-	25	-
			<u>-</u>	<u>494</u>	<u>(2.638)</u>	<u>-</u>	<u>468</u>	<u>(3.041)</u>
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	272	(1.294)	-	310	(1.195)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	119	-	-	63	-
			<u>-</u>	<u>391</u>	<u>(1.294)</u>	<u>-</u>	<u>373</u>	<u>(1.195)</u>
BAHIA PCH I	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	100	-	-	37	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	219	(1.038)	-	249	(959)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	95	-	-	41	-
			<u>-</u>	<u>313</u>	<u>(1.038)</u>	<u>-</u>	<u>290</u>	<u>(959)</u>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	18	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	168	(798)	-	191	(736)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	55	-	-	21	-
			<u>-</u>	<u>223</u>	<u>(798)</u>	<u>-</u>	<u>212</u>	<u>(736)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/13			31/12/12		30/06/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	4	-
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	1	(8)	-	3	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	28	-
			-	1	(8)	-	31	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	23	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	14	(65)	-	27	(114)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	195	-	-	132	-
			-	209	(65)	-	159	(114)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	4	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.478	(7.017)	-	1.680	(6.486)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	361	-	-	276	-
			-	1.839	(7.017)	-	1.956	(6.486)
CIA. TELES PIRES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	813	-	-	411	-
ENERGY WORKS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	179	-	-	68	-
CAPUAVA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	102	-	-	115	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	43	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	93	-	-	22	-
CALANGO 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	63	-
CALANGO 2	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	19	-	-	152	-
CALANGO 3	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	258	-	-	152	-
CALANGO 4	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	40	-	-	71	-
CALANGO 5	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	134	-	-	145	-
MEL 2	(i)	Energia comprada	-	10	(59)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	47	-	-	27	-
			-	57	(59)	-	27	-
ARIZONA 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	87	-	-	181	-
CAETITÉ 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	61	-	-	101	-
CAETITÉ 2		Energia comprada	-	12	(70)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	44	-	-	146	-
			-	57	(70)	-	146	-
CAETITÉ 3		Energia comprada	-	12	(71)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	68	-	-	132	-
			-	80	(71)	-	132	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(h)	Empréstimos e Financiamentos	-	304.768	(19.338)	-	297.353	(18.360)
Celpos	(g)	Contrato de Mútuo	-	142.847	(5.213)	-	143.029	(8.330)
		Contribuição Patronal	-	164.331	(2.819)	-	156.227	(918)
			-	307.178	(8.032)	-	299.256	(9.248)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	2.338	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	195	-	-	3.152	-
	(e)	Aluguel/Comodato	-	54	(323)	-	54	(302)
			-	249	(323)	-	5.544	(302)
Amara Brasil	(f)	Prestação de serviço (almoxxarifado)	-	170	(703)	-	130	(1.131)
Outros Minoritários		Dividendos	-	213	-	-	1.718	-
		Juros sobre capital próprio	-	30	-	-	58	-
			-	244	-	-	1.776	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos nºs CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
Goiás Sul – Contratos nºs CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

27.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 923 (R\$ 899 em 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2013.

Em 30 de junho de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Categoria	Ativos (Passivos)			
		30/06/13		31/12/12	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		240.233	240.233	192.602	192.602
Titulos e valores mobiliários		35.485	35.485	9.564	9.564
Contas a receber de clientes e outros		738.174	738.174	923.455	923.455
Passivo					
Fornecedores		(365.690)	(365.690)	(374.482)	(344.821)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(212.425)	(212.425)	(208.350)	(208.352)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(581.019)	(581.019)	(568.957)	(568.957)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(414.124)	(414.751)	(463.049)	(463.390)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(5.403)	(5.403)	(5.789)	(5.789)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	20.069	20.069	22.178	22.178

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presentes em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap euro para CDI e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/06/12	31/12/12	30/06/13
					30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12			
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	314	325	R\$ 863	R\$ 837	1.002	930	
Passiva							R\$ 804	R\$ 785	804	785	
								198	145	198	
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	1.720	1.966	R\$ 4.159	R\$ 4.571	5.162	4.857	
Passiva							R\$ 4.385	R\$ 4.251	4.385	4.251	
								777	607	777	
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	-	-	R\$ 207.876	R\$ 175.323	212.429	208.356	
Passiva							R\$ 193.335	R\$ 172.519	193.335	186.957	
								19.094	21.399	19.094	
Total								20.069	22.151	20.069	

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de junho de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de junho de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 2.117 (R\$ 9.570, resultado positivo em 30 de junho de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Euro	(8)	(10)	(12)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Euro	8	10	12

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 30 de junho de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Euro pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 212.699 registrados pelo valor contábil, considerando que contrato do BB Agro no montante de R\$ 193.331, possui operação de Swap atrelada ao CDI. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	9.533	7.150	4.767
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(18.885)	(23.607)	(28.328)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(14.272)	(16.109)	(17.946)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(6.733)	(8.416)	(10.099)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 236.372, sendo R\$ 229.087 em fundos exclusivos e R\$ 21.660 em outros ativos, além de R\$ 20.992 de aplicações vinculadas no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013 Menos de 1 ano	2014 Entre um e dois anos	2015, 2016 e 2017 Entre dois e cinco anos	2018 Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	338.738	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	432.199	-	-	-
Debêntures	54.675	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(19.331)	-	-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-	-	-	26.951
Empréstimos e Financiamentos	-	165.418	200.145	1.085
Debêntures	-	143.591	215.858	-
Instrumentos Derivativos	-	(400)	(184)	(154)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n^{os} 15 e 16).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

30. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 7.845 (R\$ 14.108 em 31 de dezembro de 2012).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	13.577	13.087	128.108	129.942
	<u>13.577</u>	<u>13.087</u>	<u>128.108</u>	<u>129.942</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	232.240	217.205
Participação ativos	1.364	2.337	-	-
Desligados PDV	504	874	129	159
	<u>1.868</u>	<u>3.211</u>	<u>232.369</u>	<u>217.364</u>
Total	<u>15.445</u>	<u>16.298</u>	<u>360.477</u>	<u>347.306</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 5 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassados às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, de competência do trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia referentes ao primeiro trimestre foram, contudo, parcialmente reconhecidos no período de três meses findo em 30 de junho de 2013. Desse modo, o lucro líquido do período de três meses findo em 30 de junho de 2013 está apresentado a maior em R\$ 39.489 mil, líquidos dos efeitos tributários, e o ativo circulante, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão apresentados a menor, por esse mesmo valor.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às

informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.
Valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 2.3 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de agosto de 2013, sem ressalva.

Recife, 19 de agosto de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PE
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE
Guilherme Naves Valle